



Jornal FNE Edição 126 – Nov/12

Nesta edição, Engenheiro coloca em pauta um esforço fundamental que vem sendo feito pelo Senge Maranhão com o objetivo de implantar efetivamente a Região Metropolitana de São Luís. Criada por lei desde a década de 1980, essa ainda não conta com planejamento ou projetos comuns aos cinco municípios que a compõem. Debatendo a questão desde 2008, em 23 de outubro último, a entidade realizou mais um seminário, reunindo autoridades, especialistas e profissionais.

Importante ainda o projeto “Cidade do Povo”, anunciado pelo governo do estado do Acre, que pretende oferecer moradia para até 60 mil pessoas, dando solução ao grave problema de déficit habitacional no entorno de Rio Branco.

A necessidade de aprimorar os serviços de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), essencial para melhorar a produtividade no campo, especialmente na agricultura familiar, foi levantada pelo Senge Rio Grande do Sul. Em encontro em Porto Alegre, o sindicato sugeriu ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Jorge Mendes Ribeiro Filho, a criação de uma coordenação nacional para o setor. Fundamental para garantir a universalização é dotar os órgãos de quadros técnicos em número e qualificação suficientes, adverte a entidade.

Em entrevista, o secretário Nacional de Relações do Trabalho, Manoel Messias Nascimento Melo, fala sobre a necessidade de fortalecer a mobilização sindical. Em C&T, a nova estatal do setor nuclear, a Amazul (Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.). E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

Em 1954, mesmo ano do suicídio de Getúlio Vargas, a população urbana brasileira ultrapassou a população rural. Desde então, o Brasil das cidades cresceu aceleradamente e algumas se transformaram em imensas aglomerações.

Mais que urbano, o Brasil é metropolitano. Simplificando os números, em uma população de 200 milhões, os urbanos são 150 milhões e os metropolitanos, 70 milhões.

Em torno das capitais dos estados (mas não apenas delas), concentrou-se um imenso contingente de trabalhadores que se amontoaram nas periferias, em precárias condições de habitação, saneamento, propriedade, saúde e transporte.

Assim como a população é concentrada, também a produção o é, e ainda mais. Se tomarmos, por exemplo, um avião em São Paulo, antes que o piloto permita que o cinto seja afrouxado, teremos voado sobre um círculo que responde pela metade do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. Essa é uma das grandes contradições socioeconômicas do Brasil: concentração espacial de renda e concentração de populações malservidas e sofrendo com péssima qualidade de vida.

As grandes regiões metropolitanas que agrupam cidades gigantescas e pujantes economicamente e cidades-dormitórios configuram hoje, para o político, para o demógrafo, para o planejador e gestor, para o engenheiro, imensos problemas a serem resolvidos.

Para seu enfrentamento, considero essencial a criação do quinto ente constitucional, o das regiões metropolitanas, ao lado da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal (artigos 1º e 18 da Constituição).

Esse preceito constitucional novo poderá dar força às boas intenções integracionistas e de planejamento, enfrentando os municipalismos demagógicos e descontrolados, a preponderância dos estados e da União e criando as melhores condições para uma verdadeira e eficaz gestão metropolitana.

As formas, as atribuições, os poderes e as representações desse quinto ente merecem ser detalhados, discutidos e aprimorados em debates como os que o projeto da FNE, “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, vem fazendo em diversas regiões do Brasil.

João Guilherme Vargas Netto - Consultor sindical da FNE

ENGENHARIA

Sem ser exceção à regra no Brasil, a capital do Acre cresceu de forma desordenada. Agora, o governo do estado apresenta um projeto pioneiro do ponto de vista de planejamento urbano e sustentabilidade: a “Cidade do Povo”. Quem afirma é o secretário de Infraestrutura e Obras Públicas, Wolvenar Camargo. Ele apresentou a iniciativa durante o VIII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), realizado pela FNE entre 24 e 26 de setembro na Capital paulista. Segundo teria afirmado na ocasião o presidente do Senge-AC, Sebastião Fonseca, trata-se de um marco social e de inovação na engenharia.

Serão construídas numa área a 12km do centro de Rio Branco (no km 5 da BR 364) 10.500 unidades habitacionais, para abrigar 50 a 60 mil pessoas. A proposta não é apenas diminuir substancialmente o déficit de moradias no estado – que caiu, conforme Camargo, de 34 para 27 mil nos últimos anos, sobretudo com o programa “Minha casa, minha vida”, lançado em 2009 pelo governo federal. É mais ousada. Obra iniciada há 11 meses, mediante PPP (parceria público-privada), visa garantir toda a infraestrutura urbana no entorno para atender a população local. Assim, do total da área, 30% se destinarão aos lotes habitacionais e o restante, a espaços públicos.

Para se ter uma ideia, a demanda, de acordo com informações divulgadas pela Secretaria, é de 22 escolas, todas num raio de até 500 metros das residências, sendo oito de ensino infantil, dez, fundamental, três, médio e um centro de educação profissional; três unidades básicas de saúde e uma de pronto atendimento 24 horas; um terminal intermodal de transporte, com alternativas à mobilidade sendo estudadas, como ônibus, VLTs (veículos leves sobre trilhos) e mesmo ciclovias; além de estações de distribuição de água, energia elétrica, coleta e tratamento de esgoto. E ainda equipamentos de assistência social, comércio, serviços e de segurança, como Delegacia de Polícia Civil e batalhões do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar. “Associado a isso, temos a preocupação de ter uma creche num raio de 400 metros (das moradias).” Outra novidade é a reserva de 40% para área verde. “O plano diretor estipula 15%. É uma cidade projetada para o nosso clima, pensando na questão do conforto ambiental, da dimensão do terreno, do posicionamento da esquadria.”

A própria localização, segundo Camargo, foi pensada dentro dessa concepção. Definiu-se por razões que devem baratear o custo de implantação da infraestrutura, como solo mais resistente e de melhor qualidade, topografia pouco acidentada, proximidade do Aquífero Rio Branco para abastecer a cidade, da Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos e de jazidas de minério necessárias à importação de material, bem como distância de apenas 2km de polo gerador de empregos. “Em relação a vias de acesso, temos a possibilidade de uso de duas já duplicadas na cidade para poder atender a demanda.” Ademais, diz o secretário, o governo do estado está montando um polo logístico e a primeira ZPE (Zona de Processamento de Exportação) alfandegária no Brasil, o que assegurará mais postos de trabalho aos futuros habitantes da “Cidade do Povo”. A previsão é de que sejam criados 7 mil empregos diretos e 15 mil indiretos, segundo dados oficiais. O investimento estimado, como afirma Camargo, é de R\$ 1,1 bilhão, sendo R\$ 800 mil oriundos do “Minha casa, minha vida” e o restante, do governo do Acre.

Fase atual

Está em curso a terraplenagem para instalação da infraestrutura, bem como drenagem, rede de água e esgotos. Posteriormente, virá a edificação pela iniciativa privada das unidades (todas horizontais) e colocação dos equipamentos. Cada casa terá 42 metros quadrados de área construída, atendendo a padrão e regras do programa do governo federal em todo o País – inclusive de acessibilidade –, em um terreno de 175m². Deve haver, conforme o secretário, de seis a dez tipos diferentes de habitações, englobando desde a baixa renda até a faixa de dez salários mínimos. “Licítamos uma primeira etapa da infraestrutura para poder iniciar com 3.348 unidades já aprovadas para o estado. Depois, teremos mais 3.300, para inclusive resolver o problema de retirada de famílias de áreas de risco, ou seja, oito bairros onde há anualmente alagamentos. Fora isso, temos garantido 2 mil unidades do tipo 2 (de três a seis salários mínimos) e 600 do tipo 3 (de seis a dez)”, detalha.

De acordo com Camargo, a data de conclusão do projeto “Cidade do Povo” ainda não está definida. “A princípio, o governador quer que a gente termine dentro do prazo de seu mandato, em 2014. Mas acredito que talvez precisemos de um ano a mais.” (Soraya Misleh)

CRESCER BRASIL

Está em discussão a urgência de se fortalecer a Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), inclusive com a criação de um órgão específico, conforme anunciou a presidente Dilma Rousseff, no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013, em julho último. Nesse sentido, foi criado um GT (Grupo de Trabalho) dentro do Mapa (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento) para tratar do tema. Em agosto último, o Senge Rio Grande do Sul havia entregue ao titular da pasta, Jorge Mendes Ribeiro Filho, proposta de reestruturação do serviço.

O pleito, em princípio, teve acolhida positiva, divulgada em nota da assessoria de imprensa do órgão governamental ao Engenheiro: “Somos favoráveis à criação desta agência. O GT de Ater já concluiu um relatório altamente qualificado com subsídios de especialistas em extensão rural do Ministério e vinculadas. O documento agora está sendo analisado internamente para, em breve, ser encaminhado à Presidência da República.” Os técnicos do órgão lembram ainda que o principal desafio é tornar essa assistência uma política universal para atender a todos os produtores.

“O importante é que essa nova estrutura tenha condições de exercer o papel político de coordenação, com participação orçamentária que viabilize as empresas estaduais de extensão rural (Emater), com metas e parâmetros a serem alcançados e com capacidade técnica de execução”, complementou o presidente do sindicato e diretor Regional Sul da FNE, José Luiz Azambuja.

O presidente do Senge Mato Grosso e também diretor da federação, Luiz Benedito Lima Neto, faz coro à necessidade de fortalecimento das empresas estaduais do setor. “A Emater precisa ter autossuficiência para desempenhar o serviço adequadamente.” Isso inclui, destacou, a garantia de quadro técnico necessário à atuação e profissionais de carreira nas direções desses órgãos. “Não adianta colocar indicações políticas sem condições técnicas, porque o trabalho não vai para a frente”, disparou.

Ampliar e aprimorar

O serviço, que hoje dá prioridade à agricultura familiar – um universo de 4,3 milhões de produtores, segundo o Censo Agropecuário 2006 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) –, também está em pauta no MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). O diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, Argileu Martins da Silva, propõe constituir um sistema nacional que permita a otimização dos recursos humanos e financeiros. “Hoje temos o governo federal, os estados e os municípios aportando recursos para Ater, mas eles são dispersos e algumas vezes produzem até sobreposições.” Neste ano, o orçamento para Ater, informou, ficou em R\$ 620 milhões, um salto considerável em relação aos R\$ 43 milhões de 2003.

Atualmente, o País tem cerca de 33 mil extensionistas, profissionais de ciências agrárias que atuam em atividades de Ater, entre unidades estatais (Ematers e outras denominações), credenciados (ONGs e instituições privadas de planejamento agrícola), cooperativas e estruturas diretas em 1.042 municípios. Silva observa que é um contingente de técnicos – formado em sua grande maioria por engenheiros agrônomos, mas também por veterinários e zootecnistas – que não consegue atender nem a metade dos agricultores do Brasil.

O chefe do Departamento de Transferência de Tecnologia da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Lucio Brunale, reforça a necessidade do fortalecimento da atividade de Ater para que as instituições de C&T (ciência e tecnologia) não tenham mais dificuldade de chegar ao produtor. O Brasil, explica, tem mais de 5 milhões de propriedades rurais, incluindo as de pequeno, médio e grande porte e empresas, e apenas 524 profissionais que trabalham com transferência de tecnologia. “Por isso, a nossa ação fica muito limitada. Então, é fundamental que o sistema Ater seja fortalecido, estruturado e seus técnicos tenham condições adequadas para trabalhar”, afirmou. (Rosângela Ribeiro Gil)

CRESCER BRASIL II

A importância de se colocar em prática a gestão da Região Metropolitana de São Luís foi o tema do seminário realizado na capital maranhense em 23 de outubro último. Promovido pelo

Senge Maranhão, o evento teve apoio da FNE e parceria do jornal Imparcial, que abrigou a atividade em seu anfiteatro. Instituída por lei desde os anos 1980, a aglomeração urbana ainda não tem medidas que contemplem a integração de serviços como transporte ou saneamento.

A iniciativa deu prosseguimento ao trabalho que o sindicato vem desenvolvendo desde 2008, quando começou a debater, no âmbito do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, a integração dos municípios de Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e Alcântara, único fora da ilha, que juntamente com a capital formam a Grande São Luís (veja quadro).

Região Metropolitana da Grande São Luís

Município	População	Área (km ²)
São Luís	1.014.837	834,780
S. J. de Ribamar	163.045	388,369
Paço do Lumiar	105.121	124,753
Raposa	26.327	64,353
Alcântara	21.851	1.486,670
RMGSL	1.331.181	2.899,925
Maranhão	6.574.789	331.936
% estadual (RMGSL)	20,25%	0,87%

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

A proposta recebeu apoio de dois prefeitos da região reeleitos em 7 de outubro, Gil Cutrim, de São José de Ribamar, e Professor Josemar, de Paço do Lumiar, que participaram da sessão de abertura do seminário. Também ressaltaram a importância da gestão metropolitana o deputado estadual José Carlos Nunes Júnior (PT) e o secretário estadual das Cidades e Desenvolvimento Urbano, Pedro Fernandes. “Esse seminário começou há quatro anos”, destacou esse último, lembrando os eventos realizados anteriormente pelo Senge e a criação do Fórum Metropolitano como consequência desses esforços.

Berilo Macedo, presidente do Sindicato dos Engenheiros, que fez uma retrospectiva do trabalho desenvolvido pelo Senge, salientou a importância da atuação de sua antecessora na entidade, Maria Odinéa Ribeiro de Melo, para que tais avanços se dessem. Ele também comemorou “o ambiente favorável ao diálogo entre os gestores públicos”. “Essa discussão traz à tona questões essenciais. É uma oportunidade para buscar as soluções que afligem a população”, completou o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

Desafios e experiência

Dando sequência à programação, a pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, Livia Miranda, falou sobre as experiências de gestão metropolitana no Brasil, tocando na tarefa

essencial a ser cumprida. “O processo de concentração das cidades é antigo. Temos que conhecer o território para incluir pessoas, já que a grande característica das aglomerações é a desigualdade.” Ela fez questão também de destacar a diferença entre as regiões metropolitanas, unidades instituídas por leis, e a metropolização, fenômeno espacial que acarreta a impossibilidade de pensar questões urbanas dentro dos limites dos municípios.

Segundo Miranda, o Brasil tem duas grandes centralidades, o litoral e as áreas de expansão da atividade econômica. “Esses locais, que concentram a população, estão crescendo muito e quando se pensa em políticas públicas, é preciso lembrar que a atração metropolitana é dispersa”, pontuou. Ela afirmou ser necessária “grande orquestração” para que serviços de interesse comum entre as localidades sejam feitos de forma colaborativa. Na sua opinião, embora existam diversos arranjos para tanto, a não existência de um ente federativo constitucional dificulta o esforço. Outro problema observado é a instituição de regiões metropolitanas sem atender a critérios básicos, como a concentração de população. “Há exemplos de algumas com 80 mil habitantes e sem aglomeração urbana”, criticou.

Exemplo de sucesso nessa empreitada, a forma de gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte foi apresentada por Sandro Veríssimo, diretor de regulação da Agência de Desenvolvimento voltada à capital mineira e a cidades próximas. Segundo ele, formada por 34 municípios, a aglomeração concentra 5,5 milhões de habitantes ou um terço da população do estado. Para dar conta das questões comuns, foi instituída a Assembleia Metropolitana, formada pelos prefeitos e presidentes de câmaras de vereadores de todas as localidades, quatro representantes do governo estadual e um do Legislativo mineiro. O fórum tem a função de definir as diretrizes do planejamento e referendar ou vetar as decisões do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano. Esse também é constituído pelo estado e pelos municípios de maneira proporcional. “Têm mais peso os maiores”, ressaltou Veríssimo. A medida, conforme ele, foi essencial para que cidades como Contagem e Betim aceitassem o arranjo de gestão. Participam ainda dois representantes da sociedade civil. Entre as funções do órgão está acompanhar a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. As tarefas executivas ficam a cargo da Agência Metropolitana, vinculada à Secretaria de Estado Extraordinária de Gestão Metropolitana.

Veríssimo relatou que o estado de Minas Gerais optou por escolher, no plano geral, as áreas de saneamento, mobilidade e ordenamento territorial, consideradas estratégicas, para o foco da gestão metropolitana. Segundo o técnico, é fundamental para resolver os congestionamentos, problema que aflige a maior parte das grandes e médias cidades, entender a dinâmica dos deslocamentos e da ocupação do solo. Na sua avaliação, sem equacionar esses elementos, não há serviço de transporte ou obras viárias que atendam à demanda sempre crescente.

Ao encerramento do seminário, foi lançada a revista “Retrospectiva e agenda do Fórum Metropolitano da Grande São Luís”, publicação elaborada pelo Senge Maranhão. (Rita Casaro)

SINDICAL

RS

Homologado projeto de universalização do saneamento

Como membro da Câmara Temática de Infraestrutura do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo do Estado, o Senge-RS apresentou em junho último estudo propondo a universalização dos serviços de saneamento básico em todo o Rio Grande do Sul. A redação final foi homologada pelo chamado “Conselhão” no dia 17 de outubro, depois de várias etapas de avaliações e ajustes. Agora seguirá para o Governador Tarso Genro. O projeto foi desenvolvido por Humberto Sório e Alexandre Dias e propõe uma matriz financeira capaz de suprir de volumosos recursos o fundo específico previsto na Política Estadual de Saneamento (Lei 12.037/2003). Assim, enumera cada uma dessas fontes, minimizando drasticamente o custo imediato para o cidadão. Segundo o presidente do sindicato, José Luiz Azambuja, “o financiamento dos investimentos em saneamento básico deve ser oriundo de um fundo próprio para esse fim, para que o impacto sobre o usuário final possa ser absorvido economicamente ao longo dos anos”.

TO

Organizações participam de debate em simpósio

O presidente do Seageto, João Alberto Rodrigues Aragão, e o vice do Crea-TO (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins), Gustavo Fayad, participaram do Simpósio Nacional de Agroenergia da Universidade Federal do Tocantins, de 16 a 19 de outubro último, em comemoração aos 20 anos de instalação do primeiro curso de engenharia ambiental no Brasil, no auditório da universidade. No último dia, na mesa-redonda sobre mercado de trabalho e atribuições desse profissional, ambos abordaram o papel das instituições que representam. Aragão, ao fazer um histórico sobre o sistema sindical, destacou as leis criadas em prol da categoria, como a 4.950-A, que estabelece o piso salarial dessa, e a 5.194, que regulamenta a profissão. Salientou ainda a importância da participação dos engenheiros nas entidades representativas de classe. Fayad discorreu sobre o Crea, sua responsabilidade e a instituição da Anotação de Responsabilidade Técnica. Essa última, destacou ele, “é uma prova documental do profissional”.

AL

Atividades na Plenária do Crea

Em 9 de outubro último, durante plenária do Crea (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Alagoas), o Senge-AL, representado por seu presidente, Disneys Pinto, posicionou-se contra a criação de um grupo de trabalho para agilizar os repasses de verbas

oriundas das ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) às entidades conveniadas ao órgão. Na sua opinião, “não adianta criar mais um mecanismo se o que está determinado não é posto em prática”. Na gestão anterior, informou ele, o sindicato foi obrigado a recorrer ao Ministério Público Estadual para receber os recursos a que tinha direito por lei. Ainda conforme Pinto, na atual, nada foi enviado ao Senge. “É lamentável, pois as verbas que seriam repassadas às entidades – 16% do total arrecadado – poderiam retornar aos profissionais em forma de reciclagem e demais tipos de apoio”, criticou.

CE

Campanha de sindicalização na Semana de Tecnologia

Realizada entre os dias 15 e 19 de outubro último, a VII Semana de Tecnologia da UFC (Universidade Federal do Ceará) contou com a participação do Senge-CE. No encerramento do evento, a presidente da entidade, Thereza Neumann Santos de Freitas, ministrou palestra mostrando os benefícios da sindicalização e o papel das organizações que representam a categoria em âmbito regional e nacional. Na ocasião, foram distribuídos folders informativos e fichas de cadastro para facilitar a comunicação das ações do Senge junto aos estudantes. Além disso, foram sorteados pen drives e ingressos para o Mundo Jurássico, uma exposição que está ocorrendo em Fortaleza e reúne réplicas robotizadas de dinossauros em tamanho real. A UFC é umas das 251 instituições que participaram da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que neste ano trouxe o tema “Sustentabilidade, economia verde e erradicação da pobreza”.

MS

Presidente do Senge é eleito vereador

Com 2.828 votos, o presidente do Senge, Edson Kiyoshi Shimabukuro, foi eleito vereador pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. Natural dessa cidade, ele é engenheiro civil e de segurança do trabalho e especialista em engenharia ambiental e saneamento. Nos 33 anos de dedicação à profissão, atuou na fiscalização de obras públicas, presidindo entidades de classe e também como servidor do Crea-MS (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul). “Todo esse tempo voltado à profissão nos permitiu conhecer os problemas que afetam os engenheiros e os entraves que interferem no desenvolvimento da cidade, hoje uma capital próspera e que vem crescendo rapidamente”, informa. Além disso, assegura que os profissionais da área ganham uma voz atuante em prol da valorização das engenharias. “Precisamos evidenciar a importância da tecnologia aliada ao trabalho do Legislativo. Atuando em parceria e utilizando o conhecimento técnico como referência, podemos apontar caminhos para o desenvolvimento de condições que promovam a melhoria da qualidade de vida da população”, garante.

SC

Direção da Eletrosul apela e registra BO contra entidades

Uma assembleia realizada no dia 3 de setembro último, na sede da Eletrosul, em Florianópolis, foi alvo de boletim de ocorrência registrado contra os sindicatos que integram a Intersindical, entre eles o Senge-SC, representado por José Antônio Latrônico Filho. O tema em pauta era a atitude da direção da empresa que decidiu descontar os dias parados durante a greve realizada em agosto último. “Mais uma vez, o diretor administrativo da holding, Miguel Colasuonno, não cumpriu com a palavra. Ainda à mesa de negociações, quando pediu para terminar o movimento paredista que balançou o Sistema Eletrobras, afirmou que haveria uma negociação dos dias não trabalhados, o que não aconteceu”, relata Latrônico. Ele salienta ainda que as ações da diretoria têm causado descontentamento entre os empregados. “Tanto é assim que um ato de repúdio foi aprovado contra a administração atual e tornado público pelos sindicatos”, assinala.

ENTREVISTA

Desde junho último, o sindicalista Manoel Messias Nascimento Melo está à frente da Secretaria Nacional de Relações do Trabalho. Integrante da Executiva Nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores) desde 2003, ele foi nomeado por portaria governamental. Como titular da pasta, pretende assegurar relações do trabalho contemporâneas no País. É o que afirma nesta entrevista ao Engenheiro, na qual garante estar com as portas abertas às organizações sindicais.

Quais os seus planos à frente da Secretaria?

Minha vinda para a Secretaria de Relações do Trabalho tem dois grandes objetivos. O primeiro é recuperar sua capacidade de atuação no que diz respeito à negociação coletiva, à formulação de propostas que permitam democratizar, modernizar as relações do trabalho no Brasil. Tem havido desenvolvimento econômico nacional e não é positivo que haja diferenças regionais muito grandes nas condições de trabalho. É importante que seja atingido um padrão nacional através das negociações coletivas e da busca do trabalho decente como referência. O segundo objetivo é definir critérios claros de organização sindical, que respeitem a liberdade e autonomia, incentivem o fortalecimento dos sindicatos e a ampliação da representatividade.

Qual a situação hoje nas diversas partes do País em relação a condições de trabalho?

Pelos estudos feitos, percebe-se que a organização sindical é mais forte e mais representativa nos grandes centros urbanos e na área de presença forte da indústria. À medida que você avança, vai do Sudeste para o Norte, Nordeste, Centro-Oeste, já não encontra presença tão expressiva do sindicato dentro das empresas. As taxas de sindicalização são menores. Isso vai se verificar nas negociações, cujo padrão brasileiro não é melhor porque tem-se a negociação pulverizada. Um padrão de condições de trabalho mais igual seria positivo no País, esse é o primeiro aspecto. O segundo é que temos um problema sério nas relações do trabalho brasileiras. Tem-se uma diferença muito grande entre a sindicalização no setor público e na iniciativa privada, temos que estudar o porquê. Outro elemento que não contribui para um padrão mais contemporâneo da negociação coletiva é a taxa de rotatividade muito alta no Brasil, de 52%, superior às da América Latina na maioria dos setores. Isso não contribui para uma relação estável, mais tranquila na negociação coletiva, e não se tem a consolidação de lideranças dos trabalhadores, com presença muito forte de práticas antissindiais, como perseguição e demissão de dirigentes.

E a sua Secretaria pretende atuar no combate a essas práticas antissindiais?

Isso já estava em discussão no Conselho de Relações do Trabalho. Vamos retomar para ver se conseguimos chegar a um texto consensual para que o Ministério do Trabalho possa discutir com a Presidência eventual envio ao Congresso Nacional de um projeto de lei que defina o que são práticas antissindiais de acordo com entendimentos internacionais. Essa é uma das ideias que estamos perseguindo, vamos estimular um debate sobre a modernização das relações do trabalho no Brasil, incentivar e fortalecer muito a negociação coletiva e especialmente discutir que avanços podemos ter. Estamos coordenando uma comissão tripartite dentro do Plano Brasil Maior sobre relações do trabalho em que vamos identificar alguns aspectos que possam ser aperfeiçoados de forma negociada para melhorar as condições de trabalho e competitividade, sempre pensando no aperfeiçoamento desse modelo de relações do trabalho no Brasil.

E a ideia é enviar no próximo ano?

Não estabelecemos um prazo porque nosso objetivo é fazer com que seja o mais consensual possível, entre trabalhadores e empregadores.

O senhor falou sobre modernizar as relações do trabalho, fortalecer a negociação coletiva. Existe uma proposta de acordo coletivo especial, sobre a qual falou-se muito na imprensa que seria flexibilização de direitos. O que está previsto exatamente?

Neste momento, no Ministério, na minha Secretaria, não estamos nos debruçando sobre nenhuma mudança na legislação trabalhista. Existe uma proposta apresentada pelo Sindicato

dos Metalúrgicos do ABC de acordo coletivo específico. Estamos acompanhando, discutindo. Sempre veremos com bons olhos propostas que signifiquem estímulo à negociação coletiva, desde que seja relação sindical equilibrada, com respeito grande ao direito do trabalhador se organizar. Claro que esse projeto tem que ser discutido e analisado no contexto nacional. O projeto tem que pensar em mecanismos que evitem que um acordo desses seja feito entre sindicatos não representativos de empresas que tenham práticas antissindicais, ou seja, não podemos pensar que possa ser aplicado nacionalmente em todos os setores. No entanto, vejo como positivos o incentivo à organização sindical dentro da empresa, o combate às práticas antissindicais, o incentivo à sindicalização, elementos importantes para se ter uma negociação ampliada.

O negociado sobre o legislado está fora de questão?

Somos contra a flexibilização de direitos, somos contra que o negociado prevaleça sobre o legislado, essa é uma posição muito firme do Ministério do Trabalho. Agora, isso não pode ser entendido como engessamento do processo de negociação, você não pode ver a legislação trabalhista como dogma, ou seja, imutável para sempre. Você precisa ter organização sindical forte, ter instrumentos fortes de Estado que fiscalizem o cumprimento da legislação e dos acordos coletivos. Tendo uma instituição contemporânea da negociação coletiva, é natural que a legislação evolua.

Qual será a relação com as entidades sindicais na sua Secretaria?

A Secretaria é um espaço aberto de diálogo com as centrais sindicais, as confederações, federações e sindicatos. Queremos fortalecer as relações com essas entidades, temos perseguido esse objetivo permanentemente. (Soraya Misleh)

C&T

Direcionada ao aprimoramento das atividades da Marinha do Brasil e do PNB (Programa Nuclear Brasileiro), a Amazul (Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.) terá a tarefa de garantir a independência do País na exploração nuclear para fins pacíficos. Criada pela Lei nº 12.706, sancionada em agosto último pela presidente Dilma Rousseff, a nova estatal será vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando-Geral da Marinha.

Serão competências da Amazul projeto, construção e manutenção de submarinos; fomento à implantação de novas indústrias no setor nuclear e prestação de auxílio técnico a essas; estímulo financeiro para atividades de pesquisa na área; elaboração de estudos e trabalhos de engenharia, além de capacitação de pessoal. Na prática, a estatal será criada a partir da cisão da Emgepron (Empresa Gerencial de Projetos Navais), atualmente responsável pelo PNM (Programa Nuclear da Marinha), que vai transferir capital e funcionários para compor o quadro da nova empresa. A Amazul terá sede em São Paulo e poderá, futuramente, estabelecer escritórios e filiais em outros estados e no exterior. A estrutura contará com assembleia geral, conselhos de administração e fiscal e diretoria executiva, ficando a cargo do estatuto social da empresa a definição da composição, atribuições e funcionamento dos seus órgãos societários.

Na opinião de Eduardo Italo Pesce, especialista em Relações Internacionais e professor no Centro de Produção da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), a criação da Amazul é uma estratégia da Marinha para viabilizar o PNM e o Prosub (Programa de Desenvolvimento de Submarinos). “Esses dois programas são altamente prioritários. Podemos dizer que do resultado satisfatório de ambos depende o futuro do poder naval brasileiro, como instrumento de defesa da soberania e dos interesses nacionais no mar”, afirma.

Qualificação

Apesar da atual crise de mão de obra qualificada nos setores ligados a ciência e tecnologia do Brasil, uma alternativa para não comprometer o desenvolvimento do setor nuclear naval são os chamados “núcleos de excelência”, compostos por cientistas, engenheiros e técnicos para a realização de projetos de alta tecnologia. “Esses existem hoje na Marinha, nas demais forças armadas, nas universidades e nas empresas do País. No entanto, necessitam ser ampliados a fim de obter maiores níveis de capacitação técnica, não só para a indústria naval e de defesa, mas para todos os setores industriais. No caso do projeto e da construção de submarinos nucleares, teremos que formar e qualificar nossos profissionais aqui no Brasil, pois certamente ninguém nos ensinará o pulo do gato”, alerta o especialista.

Conforme explica o vice-almirante Paulo Mauricio Farias Alves, diretor do Centro de Comunicação Social da Marinha, o conhecimento nesse setor não é vendido, nem transferido. “As tecnologias nucleares são consideradas de natureza estratégica pelos países que as detêm e, por isso, não negociam tais conhecimentos. Portanto, as nações que se dispuserem a desenvolver um programa que envolva essas tecnologias terão que fazê-lo com recursos próprios”, enfatiza.

Na sua visão, como a Amazul será uma empresa com foco na gestão do conhecimento, terá que elaborar e implementar um programa de capacitação para todos os seus empregados, envolvendo as disciplinas que permeiam suas atividades. “O CTMSP (Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo) já promove internamente cursos básicos para nivelamento na área nuclear destinados aos novos funcionários e ministrados por professores da USP (Universidade de São Paulo) e do Ipen (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares), com conteúdo adequado às especificidades das atividades da nova empresa”, destaca Alves.

O diretor da Marinha acrescenta ainda que a capacitação obtida na estatal será utilizada no aperfeiçoamento das tecnologias associadas às áreas do ciclo do combustível nuclear para geração de energia elétrica, na produção de radiofármacos e nos sistemas nucleares de propulsão naval, incluindo projetos de reatores. “É importante mencionar que, além dos produtos decorrentes da aplicação direta da atividade nuclear, a empresa também possibilitará o desenvolvimento de produtos em outros setores da indústria, como siderurgia, mecânica fina, eletrônica, materiais, sensores e válvulas”, prevê.

Desafios

De acordo com o professor da Uerj, a garantia de continuidade dos investimentos e a ampliação da disponibilidade de mão de obra qualificada e especializada são considerados problemas sérios no setor nuclear naval. Entretanto, ele acredita que o principal gargalo é o tecnológico, pois o Brasil terá que fazer tudo sozinho. “Qualquer assistência estrangeira pode fornecer apenas sugestões e subsídios que não comprometam os interesses do país fornecedor. Além disso, a negação sistemática de tecnologia ao Brasil, em áreas sensíveis e estratégicas para a sua defesa, é um problema grave e mais um obstáculo a ser vencido. Apesar das enormes limitações existentes, a Marinha vem conseguindo, a duras penas e “remando contra a corrente, dar continuidade ao seu programa nuclear”, enfatiza.

Ainda segundo ele, além do desafio técnico, a nova empresa terá que contornar obstáculos políticos, não só para viabilizar a continuidade dos investimentos, como também para esclarecer a opinião pública sobre suas atividades ligadas ao desenvolvimento da tecnologia nuclear com aplicações navais. “Provavelmente, nosso País terá que enfrentar pressões e lobbies internacionais (disfarçados como ativismo antinuclear) contra o desenvolvimento do submarino, pois a disponibilidade de tal tipo de belonave poderia modificar o equilíbrio de poder nas águas jurisdicionais brasileiras e nas demais áreas marítimas nas quais a Marinha do Brasil tiver que atuar”, esclarece. L